ROUSSEAU: LIBERDADE CIVIL, CONVENÇÃO E REPÚBLICA

Claudio Boeira Garcia (UNIJUI)¹

“Visto que homem algum tem autoridade natural sobre seus semelhantes e que a força não produz qualquer direito, só restam as convenções como base de toda a autoridade legítima entre os homens” (ROUSSEAU, 1973, p. 32).

Resumo: O objetivo deste texto é pensar como as definições que Rousseau estabeleceu para os termos liberdade, convenção, direito e legitimidade e o modo como as articulou, anteciparam, em boa medida, noções-chave dos novos regimes republicanos e democráticos instaurados a partir das revoluções ocorridas na América e na França no final do século XVIII.

Palavras-chave: Rousseau – liberdade civil – convenção – direito – legitimidade.

As definições que Rousseau estabeleceu para os termos liberdade, convenção, direito e legitimidade e o modo como as articulou, anteciparam, em boa medida, noções-chave dos novos regimes republicanos e democráticos instaurados a partir das revoluções ocorridas na América e na França, no final do século XVIII. Sobre isso incidem as considerações que seguem.

No início do capítulo VIII do livro primeiro do *Contrato Social*, Rousseau argumenta que a liberdade civil obtida pelo contrato opera uma notável mudança no homem, uma vez que ele passa a se orientar pela justiça conferindo, com isso, moralidade às suas ações². No *Segundo Discurso* e no *Contrato* observa-se que os laços civis, tais como foram estabelecidos, produziram a desigualdade moral; que o pacto concebido pelos ricos ao invés de assegurar a liberdade dos associados mediante uma associação legítima, fixou a lei da desigualdade; fez de um engodo e de uma usurpação um direito irrevogável para proveito de alguns, e cada ser humano inscrito nas diferentes sociedades espalhadas na vastidão do mundo foi sujeitado ao trabalho, à servidão e à miséria³.

Em tais enunciados, o significado da expressão liberdade civil se configura como referência chave das críticas de Rousseau às formas de governo estabelecidas. Ou seja, ao

1 Professor do Departamento de Humanidades e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIJUI.

2 Rousseau, J.-J. *Do contrato social*. 1973, p. 42.

3 Rousseau, J.-J. *Do contrato social*. 1973, pp. 272-274.

descrever a condição humana sob uma perspectiva “metafísica”, Rousseau recorre ao termo liberdade para designar a capacidade que os humanos têm de “livremente” agir, julgar e fazer escolhas, mas ao descrevê-la, sob a perspectiva dos laços sociais artificialmente estabelecidos, recorre à expressão liberdade civil para designar às condições políticas e jurídicas artificiais, sob as quais a “escravidão civil” pode ser evitada.

Ao distinguir e afinar esses dois focos sob os quais discorre sobre o assunto, Rousseau profere: os males e os bens feitos ou evitados são fenômenos contingentes; a perfectibilidade – capacidade distintiva da condição humana – designa aptidão para decidir e agir; humanos não podem evitar a morte nem a coerção de seus instintos de conservação, podem, contudo, viver sob relações impostas por emprego de força, violência e engodo, ou sob relações legítimas asseguradas pela autoridade conferida às leis, pelo modo como foram estabelecidas.

No *Contrato Social* e no Livro V do *Emílio*, Rousseau explicita, de modo sistemático, as noções de convenção, natureza, direito e legitimidade. Nas articulações desse Livro o termo convenção é integrado⁴ ao núcleo duro de noções propositivas que Rousseau mobiliza para: encontrar (expor/propor) uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes⁵.

O fato é que, em todos os contextos do *Contrato Social* o termo convenção é definido e articulado com o tema da liberdade civil. É o que lemos em passagem do capítulo I, do Livro Primeiro, quando Rousseau, depois de afirmar que o homem nasce livre e em todo o lugar se encontra a ferros, que ignora como adveio tal mudança, que poderá resolver a questão da legitimidade da liberdade; escreve: a ordem social é um direito sagrado, que serve de base a todos os outros; tal direito, no entanto, não se origina da natureza, mas de convenções⁶.

A origem da ordem social decorre, pois, de convenções e, ao termo direito, em um sentido rigoroso da palavra, apenas convenções legítimas atribuem sentido. Com outras palavras: as atividades e instituições que os homens estabelecem com o propósito de se reunirem, em prol de interesses mútuos, não brotam da natureza, mas da arte e de decisões humanas; convenções legítimas, em um sentido elementar da palavra, são aquelas que não cavam abismos intransponíveis entre a dimensão civil e a “metafísica” da liberdade.

4 Convenção é uma noção axial quando se trata de assentar o argumento segundo o qual tanto a opressão quanto a liberdade civil não emergem da “natureza humana”. Convenção se vincula, diretamente, com liberdade civil porque essa depende dos juízos, acordos e convênios pelos quais os humanos se vinculam em uma comunidade política; nesse plano o convênio que assegura a liberdade, nos termos propostos pelo contrato social, é o único, segundo Rousseau, que concilia a liberdade em sua dimensão ontológica com seus aspectos políticos.

5 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, p. 38.

6 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, pp. 28-29.

Disso, deduz Rousseau: a imposição da obediência pela força nada tem a ver com direito e com legitimidade. Nos seus termos: a força é um poder; não imagino que moralidade possa surgir de seus efeitos⁷. Então, não sem ironia, no capítulo III do Livro I, recorre ao exemplo de um assaltante que, sob ameaça de uma pistola, arrebatou a bolsa de alguém para argumentar que de nenhum fato similar a esse poderia originar o direito legítimo da autoridade em demandar obediência.

Rousseau insiste, desde as primeiras linhas do *Contrato Social*: os laços da vida civil decorrem de convênios; nenhum homem tem autoridade natural sobre seus semelhantes⁸; as palavras escravidão e direito são contraditórias e nenhuma convenção legítima pode advir do discurso que assim se enuncia: “estabeleço contigo uma convenção, ficando tudo ao teu cargo e tudo em meu proveito, convenção que obedecerei enquanto me aprouver e que tu observarás enquanto for do meu agrado”⁹.

São notáveis as diferenças, profere Rousseau, entre os atos de subjugar uma multidão de indivíduos isolados ou agregados, e o ato de reger uma associação de indivíduos que por ações e decisões mútuas, por meio de uma convenção, dão origem a um corpo político e ao bem público. No capítulo VI, do Livro I do *Contrato Social*, Rousseau destaca que todas as cláusulas do contrato de associação se reduzem àquela que demanda que todos do mesmo modo alienem, sem reservas, seus direitos, porque, sem tal condição, permaneceria o conflito entre o estado de natureza e o de associação.

Tal ato produz em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo. A pessoa pública que se forma desse modo, toma hoje o nome de república ou de corpo político; os associados considerados coletivamente recebem o nome de povo; como partícipes da autoridade soberana de cidadãos; e enquanto submetidos às leis do Estado de súditos¹⁰. Em resumo: é no ato civil da deliberação pública que se assenta o fundamento da constituição de um povo¹¹. É nesse o ato que um povo se faz povo e que nasce o corpo político¹².

Rousseau não se cansa de repetir que força e violência são fenômenos políticos distintos do direito e da obediência às leis; que convênios podem ser legítimos ou ilegítimos, que os legítimos ainda estão por nascer: são aqueles que, pelo modo de sua realização, garantem, tanto a liberdade dos indivíduos quanto do corpo político ao qual eles pertencem, os ilegítimos, mesmo que não recorram à violência, baseiam-se no engodo e na dominação de uns sobre outros.

7 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, p. 31.

8 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, p. 32.

9 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, pp. 35-36.

10 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, pp. 38-40.

11 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, p. 36.

12 ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. 1973, p.37.

A sociabilidade é uma propensão da condição humana, o mesmo não pode ser dito das relações de opressão estabelecidas e das leis e instituições que as sustentam. Ações de teor político e moral são contingentes e convencionais; os vínculos que reúnem os homens são signos de liberdade ou de força, violência, engano. É nesse jogo de distinções entre a opressão e a liberdade civil e das vantagens da última sobre a primeira que os temas do Direito Político e da desnaturação do homem assumem o primeiro plano em textos, nos quais o assunto da liberdade civil ocupa o primeiro plano de consideração, como são os casos, entre outros, do *Discurso sobre a Desigualdade*, *Do Contrato Social* e de *Emílio*.

O fato é que os enunciados e comentários inscritos em seus textos que lidam com a questão da liberdade civil se afinam com aqueles que versam sobre os temas do Direito Político que, ainda está por nascer; que não resulta da soma das melhores leis e instituições de povos diferentes; que não contém, em seu estatuto, as condições de passagem entre o que é da ordem dos princípios e o que é da ordem das sociedades estabelecidas no mundo.

De qualquer modo, Rousseau não imaginou nem pretendeu prever que princípios similares aos por ele enunciados seriam instaurados como referências constitucionais e jurídicas das novas repúblicas emergidas no final do século XVIII. Considerando o repertório de regimes políticos existentes até a época em que viveu, não surpreende que Emílio – depois de estar informado sobre as boas inclinações do homem, das virtudes e dos vícios sociais e dos princípios do direito político – deva viajar para conhecer diferentes sociedades. Mesmo que o mestre saiba, antes da viagem, que ele não encontrará nenhuma sociedade configurada por tais princípios. O que importa é que, ao retornar, não viva isolado nem desolado; livre de uma quimera poderá viver em qualquer lugar; não se privará dos sentimentos de humanidade que o ligam aos seus semelhantes, nem esquecerá as discussões com seu mestre acerca daqueles princípios que ainda estão por nascer. Tal foi o diagnóstico, tal foi a recomendação desse preceptor republicano antes da nova forma de república que emerge na América e na França, no final do século XVIII; se vivesse poucos anos mais, talvez se surpreendesse que muitos de seus princípios estivessem enunciados e confirmados juridicamente nessa primeira República, talvez se surpreendesse, mais ainda, com as distâncias entre o reconhecimento e a aceitação da legitimidade e as dificuldades de realizá-los no horizonte da liberdade civil. Em todo o caso, nessas circunstâncias, é provável que não recomendasse a Emílio que se recolhesse às esferas da intimidade e da privacidade e nelas se mantivesse íntegro, o que parece coerente com os princípios que discutiu é que eles, de algum modo, nasceram, ou seja, foram, de fato, enunciados em sociedades constitucionais republicanas e democráticas; não nasceram perfeitos em suas concepções e efetivação, mas têm sido por quase três séculos as melhores alternativas aos regimes tirânicos, ditatoriais e totalitários que têm solapado, em termos inimagináveis, os princípios do Direito Político e da liberdade civil tais quais foram, faz tempo, enunciados por Rousseau.

Em uma das teses centrais do *Contrato Social* Rousseau profere: é a vontade do cidadão quando orientada pelo interesse de todos que estabelece o bem comum e, por consequência, o bem particular de cada um. As leis gerais nas quais ela se expressa se estendem no plano em que estão em jogo direitos e obrigações iguais para todos. Ou seja, nenhum direito ou obrigação há, antes do ato de associação. O fato é que Rousseau, em seu emblemático gesto de pensar a respeito de uma forma de associação política que garantisse a liberdade pública e a de cada cidadão, sem pretender, nem imaginar, antecipou, questões cruciais que serão confrontadas pelas sociedades constitucionais republicanas posteriores. Sobre isso que se dedicam as considerações finais desse texto.

Rousseau foi criticado na era pré-republicana pelo teor de suas análises sobre poder político e seu exercício nas sociedades até então estabelecidas; criticado e elogiado, também, no contexto das novas sociedades republicanas que emergiram em várias partes do mundo, a partir do final do século XVIII. O fato é que, nessas sociedades, o poder político foi configurado de formas radicalmente novas, mesmo assim, em alguma medida, seus argumentos foram acolhidos, descartados ou, arbitrariamente, adaptados.

Não faltaram motivos para isso. A nova política republicana iniciada a partir das revoluções na França e na América foi confrontada pela urgência de tomar decisões acerca das questões da liberdade civil, do direito político, da constituição e dos modos de participação dos cidadãos na direção dos assuntos políticos. Mesmo nesse contexto, no qual era a realidade que indagava as teorias disponíveis e não o contrário, não surpreende que Rousseau, ao lado de outros pensadores pré-republicanos, tenha recebido a devida cota de reconhecimento. Reconhecimento que recaiu, sobretudo, sobre o modo pelo qual discutiu os temas políticos. Sobre isso merece ser destacado o que segue: delimitou a análise dos assuntos da política ao campo das faculdades, paixões, capacidades e interesses humanos; ponderou que as instituições e ações do poder político devem estar assentadas e orientadas pelo interesse comum, que seu exercício há de ser delegado, mas jamais subordinado ou apropriado pelas instâncias mediante as quais ele se move. Além disso, os novos republicanos prezaram afirmações de Rousseau, entre elas, a de que: as sociedades humanas sempre estiveram, em diferentes graus, assentadas na dominação e na opressão de uns sobre outros, pior que isso: apelaram para supostas causas naturais, ou para razões exteriores à política para justificar as formas de associações estabelecidas. Considera-se, ainda, o fato de que as novas repúblicas, sobretudo a Americana, premida pela urgência de uma constituição, levou a sério a noção, segundo a qual: a liberdade dos indivíduos e a liberdade pública se vinculam estreitamente, contudo sem o estabelecimento de uma esfera do interesse e do bem comum, elas não tem sentido nem garantias.

Enfim, formulado abstratamente, o desafio solitário que Rousseau se propôs de imaginar uma forma de associação na qual o ato que dê existência à República assegure a

legitimidade de suas ordenações constitucionais e, ao mesmo tempo, considere as condições sob as quais se move, foi o mesmo dos republicanos. Contudo, a diferença crucial é que desde então as questões da República se tornaram assuntos da política efetiva, e nisso a questão principal sempre foi a de afinar o que é da ordem dos princípios da política republicana e o que é da ordem de sua efetivação.

O juízo sobre limitações e antecipações das teses de Rousseau sob uma ótica republicana, cabe aos seus intérpretes. Em todo o caso é fato que, na América, a primeira república estabelecida logo depois de sua morte, os legisladores estabeleceram garantias constitucionais para o dissenso concebido, não como risco para a unidade do corpo político, mas como expressão de sua vitalidade; também entenderam que a disputa eleitoral pela ocupação dos cargos do poder, assentada no sistema de partidos era um dado instituidor de sua forma democrática de exercício do poder político. Também é fato que sistemas políticos, tirânicos, ditatoriais, autoritários e totalitários estabelecidos nos séculos que se seguiram, não raro se designaram como repúblicas e suprimiriam não só os procedimentos eleitorais representativos, mas qualquer indício de esfera pública nas quais os assuntos de interesse comum poderiam ser debatidos e encaminhados. Rousseau, em favor de suas teses, não previu que as repúblicas constitucionais relativamente estáveis foram aquelas parcialmente inspiradas em suas ideias e firmemente assentadas em significados da liberdade política consentidos pelos cidadãos e estabelecidos em um sistema de leis; não imaginou, ainda, que foi sobre o tacão de governos tirânicos e autoritários, que cidadãos, em grande número, apareceram na cena pública para estabelecer regimes constitucionais e democráticos. E que, nesses ocasionais e efêmeros momentos da história, cidadãos se transformaram, ainda que sem armas e cargos, em soldados e deputados dos interesses comuns.

Protagonistas importantes do debate constitucional evidenciam que, apesar de não fazerem referências diretas a Rousseau, muitas de suas considerações acerca do poder político fazem ecoar, pelo menos parcialmente, alguns aspectos dos argumentos políticos que o genebrino enunciou poucos anos antes da revolução na América no final do século XVIII.

Hamilton¹³ com propósitos e em circunstâncias políticas significativamente distintas daquelas nas quais viveu e pensou Rousseau, apresentou argumentos que lembram não suas expectativas em relação ao contexto político que lhe foi dado a viver, mas, com certeza, o espírito que atravessa seu texto. Na passagem que me refiro, Hamilton proferiu que à América estava reservada a possibilidade de resolver a importante questão: serão os homens capazes de dar a si mesmos um bom governo por própria reflexão e escolha, ou a Providência os condenou a receberem eternamente a sua constituição política, da força ou do acaso?

13 HAMILTON, Alexander. Introdução. In: *Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo. In Coleção Pensadores. Abril Cultural: 1979. p 87.

Seremos felizes, declara Hamilton, se a escolha for dirigida por um juízo ilustrado e despido de todas as considerações alheias ao bem público. Entre os grandes obstáculos que a Nova Constituição tem de vencer, destaca Hamilton, inclui-se o interesse daquela classe de indivíduos que se opõe a qualquer decisão que possa diminuir suas vantagens; além disso, é preciso temer a ambição daquela classe de pessoas, que medra à custa das dificuldades da pátria, e cujas vantagens pessoais tem como melhor fiador não sua reunião debaixo de um só governo, mas sua divisão em confederações particulares.

Este fragmento sugere aspectos do pensamento de Rousseau que anteciparam debates importantes da configuração da nova forma republicana de governo, em especial na América do Norte, no final do século XVIII. Ainda que não sem razões uma das principais críticas retrospectivas ao republicanismo de Rousseau decorra de seu conceito de soberania, mais que isso, do fato de que ele, não considere, de modo adequado, o lugar central que as novas repúblicas reservarão, pelo menos constitucionalmente, ao pluralismo partidário e aos direitos dos indivíduos, o fato é que, no contexto do debate constitucional que ocorre no período da implantação da Constituição Americana, as ponderações de Rousseau, de algum modo, estão presentes. Tal é o caso das considerações que Madison apresenta¹⁴ ao destacar que: quando uma facção não compreende a maioria, o remédio existe no mesmo princípio do governo republicano que oferece à maioria os meios de destruir os projetos sinistros da facção por uma votação regular. Talvez o partido faccioso possa embaraçar a administração e ameaçar o Estado; mas ele não pode executar nem apoiar suas violências em formas constitucionais. E quando a maioria toma parte numa facção, a forma do governo popular pode dar-lhe os meios de sacrificar o bem público e os direitos de outros cidadãos em favor de suas paixões ou interesses. O principal objetivo dessas considerações, destaca Madison, é o de defender o bem público e os direitos individuais dos perigos de uma tal facção, preservando, em todo o caso, o espírito e a forma do governo popular; sob tal condição, a forma de governo republicana pode se livrar do desprezo em que caiu e ser estimada e adotada pelo gênero humano.

No *Contrato Social*, como exposto no início, Rousseau se ocupa com as condições jurídicas e morais do estabelecimento, pelo menos teórico de um regime político que satisfaça os Princípios do Direito Político. Isto evidencia que, antes da nova era republicana inaugurada pelos revolucionários americanos, tinha plena consciência de que o propósito do *Contrato Social* não era o de repetir o antigo jargão segundo o qual toda associação política supõe um governo, mas sim de estabelecer um regime baseado na disposição dos cidadãos e na legitimidade das leis e, por consequência, um tipo de governo sujeito aos propósitos do Direito Político sob os quais a República foi pensada, nos termos de Rousseau.

14 MADISON, James. Utilidade da união como prevenção contras facções e insurreições, p.94-100. In: *Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo. In Coleção Pensadores. Abril Cultural: 1979, p. 97.

Em certa medida as ponderações de Jay, no contexto dos debates constitucionais na América, estão a repetir movimentos importantes da argumentação de Rousseau sobre esse assunto. Um governo é necessário, destaca Jay¹⁵, e para que disponha da força necessária para atuar, necessita que o povo sacrifique em seu favor uma parte de sua independência. Até agora todos estavam de acordo de que a prosperidade do povo americano depende de sua união, contudo, nesse momento, há políticos que se opõem a esta opinião e esperam que a felicidade e a segurança, possam se assentar na divisão dos Estados em soberanias parciais. Seria uma temeridade, observa Jay, que esse novo princípio seja adotado, sem que primeiro o povo se convencesse de que sábia e verdadeira política lhes serve de fundamento. A Nação, prossegue Jay, parece ter sido criada para o povo e o povo criado para ela; tal tem sido até agora o sentimento unânime dos homens de todas as classes e de todas as seitas; em todas as relações gerais não temos formado até agora mais que um povo somente; cada cidadão tem gozado por toda parte dos mesmos direitos, dos mesmos privilégios, da mesma proteção. Como um só povo fizemos a paz e a guerra; como um só povo vencemos nossos inimigos comuns; como um só povo contraímos alianças, fizemos tratados, determinamos nossas relações de interesses com as nações estrangeiras.

Para concluir: na América os fundadores da República tinham aguda consciência de que sem uma Constituição o significado de sua luta para a libertação de um governo opressor não teria sentido, nem a liberdade política que era seu objetivo estaria assegurada. Ou nos termos de Rousseau: sem um contrato que assegurasse ao mesmo tempo a liberdade pública e a liberdade daqueles que para tais fins se reuniram. Eles, também, sabiam que a participação expressiva dos cidadãos foi decisiva à luta de libertação e à elaboração das constituições. Participação que, é verdade, em geral foi delegada aos políticos profissionais logo após o estabelecimento das novas repúblicas. Circunstâncias que criaram dificuldades para a confiabilidade e prestígio da noção republicana, segundo a qual todos são responsáveis pelas leis, pela obediência a elas e pelas ações que garantem o bem-público. Arendt chamou atenção para esse fato em *Sobre a Revolução*. Observou que no decorrer da revolução na América, Jefferson, em busca da felicidade pública, e a paixão de John Adams, pela ação na esfera pública, entraram em conflito com o anti-político desejo do afastamento das preocupações e obrigações públicas. Dever-se-ia estabelecer, para tal, mecanismos de administração governamental por meio dos quais pudessem controlar seus governantes e ainda desfrutar das vantagens de “serem governados sem sua própria interveniência”, de dispor do tempo

15 JAY, John. Dos perigos que podem resultar da influência e hospitalidade das nações estrangeiras, p.90-93. In: *Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo. In Coleção Pensadores. Abril Cultural: 1979. pp. 90-91.

despendido com a supervisão ou escolha dos agentes públicos, ou com a atividade de sancionar as leis para que suas atenções pudessem se voltar para seus interesses pessoais¹⁶.

O fato é que Rousseau se interessou pelas questões políticas de seu tempo, sem delas deduzir suas especulações. Apoiado na convicção de que nenhum poder humano pode desfazer e repetir o que aconteceu, nem antecipar o que pode ocorrer no futuro, limitou-se a narrar o passado sob perspectivas abertas pelo exame da política de sua época. Seu legado político foi valorizado pelas polêmicas que desencadeou em todas as épocas. O teor republicano de suas perorações continua a provocar críticas; continuam veementes as daqueles que concebem indivíduos, mercados e políticas representativas, não como fenômenos significativos produzidos pela rede de concepções e de circunstâncias da sociabilidade, mas, como dados supostamente naturais e essenciais da condição humana e, mais que isso: decretam que a política não é senão meio de garanti-los independente da legitimidade com que ela é exercida. Enfim, Rousseau não previu, contudo não se surpreenderia com o fato de que, desde o final do século XVIII, depois de períodos longos ou curtos nos quais a política oficial dispensou a participação dos cidadãos da elaboração e da sustentação dos contratos que regulam suas vidas privadas e públicas; eles, sem nenhum aviso, têm reaparecido, no centro das cenas públicas por eles dirigidas. Pelo menos até o momento em que os aparelhos burocráticos do Estado e dos partidos políticos as retomem novamente.

Rousseau: civil liberty, convention and republic

Abstract: The aim of this paper is to think like the settings that Rousseau has set the terms freedom, convention, law and legitimacy and how he articulated, anticipated, largely, the key concepts of the new republican and democratic regimes instituted from the revolutions that occurred in America and France in the late eighteenth century.

Key-words: Rousseau – civil liberty – convention – law – legitimacy.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moraes Editora, 1979.

HAMILTON, Alexander. Introdução, p.87-89. In: *Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo. In Coleção Pensadores. Abril Cultural: 1979.

JAY, John. Dos perigos que podem resultar da influência e hospitalidade das nações estrangeiras, p.90-93. In: *Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo. In Coleção Pensadores. Abril Cultural: 1979.

16 ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Tradução de I. Morais. Lisboa: Moraes Editora, 1979.

MADISON, James. Utilidade da união como prevenção contras facções e insurreições, p.94-100. In: *Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville*. São Paulo. In Coleção Pensadores. Abril Cultural: 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.